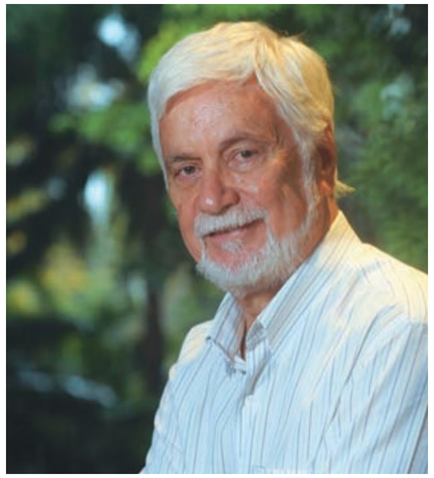

ENSINO TÉCNICO *de qualidade e que forme profissionais prestigiados e bem pagos. Essa é uma das prioridades listadas pelos autores Simon Schwartzman* (à esq.) *e Edmar Bacha, no livro* Brasil: a Nova Agenda Social

FOTOS FABIANO ACCORSI, OSCAR CABRAL E LEO PINHEIRO/FOLHAPRESS

NOVAS METAS PARA UM NOVO BRASIL

Sai em livro uma estupenda análise dos desafios do Brasil para preservar e ampliar o desenvolvimento social conquistado nos últimos vinte anos

GIULIANO GUANDALINI

Em 1986, o economista Edmar Bacha, em parceria com o professor da Universidade Colúmbia Herbert Klein, editou o livro *A Transição Incompleta: o Brasil desde 1945,* em que diversos autores analisavam a evolução social do país que acabara de se redemocratizar. O Brasil deixara de ser essencialmente rural e emergira como uma sociedade industrializada e urbana. Transição incompleta, diziam os autores, porque deixou de fora milhões de famílias favelizadas, vítimas de moléstias endêmicas e sem a educação mínima para exercer uma função produtiva numa sociedade contemporânea. Passados 25 anos, chega agora às livrarias *Brasil: a Nova Agenda Social* (LTC; 380 páginas; 65 reais), que, desta vez, Bacha organiza com o sociólogo Simon Schwartzman. O livro resultou de uma série de debates promovidos pela Casa das Garças, centro de estudos econômicos do qual Bacha é um dos diretores, e pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), presidido por Schwartzman. A meta agora não é simplesmente expandir a oferta de hospitais, escolas ou programas assistenciais, mas dar mais eficiência aos vultosos gastos já feitos nessas áreas.

Um brasileiro que nasça hoje deverá viver mais de 70 anos, uma expectativa próxima da de países desenvolvidos. O porcentual de famílias pobres caiu para 16%, menos da metade do que era ao final da ditadura militar. A desigualdade de renda nunca foi tão baixa em três décadas. É perceptível a evolução no último quarto de século, firmada pela estabilidade na política e na economia. O país superou mazelas típicas de povos atrasados e começa a enfrentar problemas de nações ricas, tais como o crescente custo na saúde pública e a trajetória explosiva da previdência. Chegou o momento de elevar o desenvolvimento social a um novo patamar. Sem necessariamente gastar mais dinheiro público, pelo contrário. Em um estado que consome, com seus tributos, perto de 40% de tudo o que os brasileiros produzem, não há como sobrecarregar a economia com novos impostos. A agenda social proposta por Bacha e Schwartzman tem como meta primeira, portanto, ampliar a produtividade dos investimentos. "O básico foi atingido. Há escolas para as crianças e um sistema público de saúde. Agora tem início o mais difícil, que é eleger prioridades", afirma Bacha. De acordo com Schwartzman, a questão não é mais de universalização dos programas sociais, "mas de pensar nos custos e na qualidade".

A seguir, uma síntese dos desafios e prioridades analisados pelos autores em cinco áreas: educação, saúde, previdência, combate à pobreza e violência.

EDUCAÇÃO

DESAFIOS: A cada 100 crianças de até 11 anos, 99 estão matriculadas em um colégio. Os números comprovam que o país venceu a batalha inicial, que era pôr os pequenos no colégio. Mas, observados com mais detalhe, os indicadores expõem as fragilidades nessa área vital para o futuro. Entre os alunos dos colégios públicos, 29% concluem o ciclo básico com capacidade tida internacionalmente como mínima em português e apenas 11% deles em matemática.

PRIORIDADES: Um ponto inicial é aumentar o período em que os estudantes ficam na escola. De acordo com números apresentados por Naercio Menezes, os alunos da rede pública têm, em média, apenas três horas de aula por dia, descontando-se intervalos e interrupções. Não chega à metade do ideal. Ao contrário do que reza o senso comum, os professores da rede pública não ganham menos, na média, que seus colegas do setor privado. A diferença na qualidade do ensino está, em boa medida, na gestão. Nesse sentido, precisam ser incentivados os programas que premiem professores e diretores que alcancem objetivos estipulados. Finalmente, o país precisa rever o viés acadêmico, como argumenta Schwartzman. Investir no ensino técnico e orientado para as necessidades do mercado de trabalho é o caminho, em vez de desperdiçar tempo e dinheiro tentando ensinar conteúdos que a maior parte dos estudantes universitários nem está apta a absorver.

SAÚDE

DESAFIOS: Diz o senso comum que falta dinheiro, daí a péssima qualidade do sistema público de saúde. É a justificativa típica dos que tentam ressuscitar a CMPF, o famigerado imposto do che-

que. O argumento não se sustenta diante de uma comparação internacional. O Brasil investe em saúde tanto quanto (ou até mais do que) outros países semelhantes. “Não há evidência de que o Brasil gaste pouco”, afirma André Medici, especialista no assunto. O país, na verdade, gasta mal. Inauguram-se hospitais para atender a interesses políticos, mas despreparados para sanar as demandas mais elementares. Na prática, a maior parte dos hospitais brasileiros vive com leitos vazios, enquanto as instituições realmente capacitadas, sobretudo as ligadas a universidades, oferecem uma rotina de superlotação e filas.

Prioridades: André Medici propõe, entre duas dezenas de medidas, criar protocolos bem definidos para os tratamentos e priorizar os atendimentos daqueles que mais necessitam e não tenham cobertura de seguro privado. Dar mais eficiência aos gastos e eleger prioridades são as questões-chave. O SUS deveria também acompanhar mais de perto o histórico médico de seus pacientes, com a expansão do Programa Saúde da Família e a informatização dos dados dos pacientes. Outra medida que parece acertada é fazer parcerias com o setor privado, como vem ocorrendo em São Paulo. A gestão de hospitais estaduais e municipais foi concedida a administradores externos. A experiência revelou um aumento da eficiência hospitalar, com queda no tempo de internação e maior número de atendidos.

PREVIDÊNCIA

Desafios: O sistema atual, criado pela Constituição de 1988, nasceu num Brasil de população jovem, de baixa informalidade e com poucos assistidos. Desde então, dobrou o contingente de aposentados na população. País relativamente jovem, o Brasil gasta com a Previdência hoje tanto quanto nações ricas e velhas (aproximadamente 11% do PIB). Em países com uma demografia semelhante à brasileira, as despesas são da ordem de 4% do PIB. O déficit previdenciário, contando os sistemas dos trabalhadores do setor privado (INSS) e dos regimes especiais do setor público, ultrapassa 100 bilhões de reais ao ano. É uma montanha de dinheiro suficiente para acabar com todos os gargalos na infraestrutura e dotar o país de estradas e aeroportos de Primeiro Mundo. Não é por outro motivo que o déficit na Previdência tem sido apontado como uma das maiores travas à aceleração da taxa de crescimento do PIB. O mais grave é que, se nada for feito, os desequilíbrios tendem a se aprofundar. Hoje, apenas 10% da população brasileira tem mais de 60 anos. Daqui a vinte anos, o porcentual será de 20%. Em 2050, os idosos serão quase um terço da população.

Prioridades: A lista de reformas proposta pelos especialistas Fabio Giambiagi e Paulo Tafner inclui o aumento do tempo de contribuição, o estabelecimento de idade mínima para os trabalhadores do setor privado e a diminuição na generosidade na concessão de pensões. O Brasil é um dos poucos países em que não há nenhum tipo de fator condicionante para o cálculo de pensões. Os valores são pagos integralmente e não são proporcionais ao número de filhos. Finalmente, será necessário rever o privilégio nas aposentadorias dos funcionários públicos. Os servidores aposentados e seus pensionistas representam apenas 10% do total de aposentados, mesmo assim consomem um terço das despesas.

PÚBLICO, MAS EXEMPLAR
Hospitais administrados em parceria com o setor privado atendem melhor os pacientes que aqueles nas mãos do governo

FERNANDO MORAES

MANOEL MARQUES

IMPUNIDADE
Os Estados Unidos prendem, proporcionalmente, oito vezes mais homicidas que o Brasil

COMBATE À POBREZA

Desafios: O Bolsa Família foi um dos passos mais efetivos dados pelo país na diminuição da miséria e na redução da desigualdade social. É o tipo de medida eficiente, que chega aos que realmente necessitam. São 13 milhões de famílias atendidas, a um custo de apenas 0,5% do PIB. Menos clara, contudo, é sua eficácia na melhora da educação e da qualidade de vida futura dos beneficiários.

Prioridades: Para que se criem as chamadas “portas de saída” e sejam rompidas as amarras da dependência, será necessário ampliar as contrapartidas exigidas dos beneficiários. É preciso dar estímulos aos filhos dessas famílias para que não se contentem com o ensino básico. Uma das sugestões do especialista André Portela seria constituir uma espécie de poupança a cujo saque os estudantes tivessem direito apenas quando deixassem o ensino médio, da maneira que já ocorre em Minas Gerais.

VIOLÊNCIA

Desafios: Diz o economista Sergio Guimarães Ferreira: “A ausência de segurança deixa os indivíduos ao arbítrio dos donos de territórios, destrói negócios e o prazer do lazer”. Além de incitar o aumento da violência, portanto, a dominação de morros e favelas por gangues solapa o desenvolvimento econômico e social dos moradores dessas regiões. O aumento da criminalidade foi um dos tópicos da agenda social mais ignorados — e, em grande medida, ainda é. Na ilusão de certos sociólogos, imaginou-se que a distribuição de renda sanaria a questão. Demorou-se para investir em coerção.

Prioridades: Prender bandidos e mantê-los encarcerados deveria ser a missão primeira de todas as secretarias de Segurança Pública. Com exceção de São Paulo, onde a população carcerária mais que dobrou na última década, o Brasil prende pouco. Isso significa impunidade, o que alimenta o crime. Há menos de dez presos para cada homicídio. Nos Estados Unidos existem 82,8, no Chile 87 e na França 137. Outro ponto é a ocupação policial das áreas conflagradas. Por fim, é necessário investir em inteligência. Tipicamente, uma grande parte dos crimes se concentra numa faixa estreita do território urbano. Ao concentrar os esforços nessas áreas, a polícia ganha em eficiência.

Conclui Sergio Ferreira: “Muito pode ser feito antes que optemos por rever o Código Penal e mesmo antes que mais gastos sejam reservados para a segurança pública”. Uma lição que, como demonstra *Brasil: a Nova Agenda Social,* ainda precisa ser encarada a sério pelos governantes. ■